

ALEXANDRE SARAIVA

SELVA

MADEIREIROS, GARIMPEIROS
E CORRUPOTOS
NA AMAZÔNIA SEM LEI

R

ALEXANDRE SARAIVA

com MANOELA SAWITZKI

SELVA

**MADEIREIROS, GARIMPEIROS
E CORRUPOTOS
NA AMAZÔNIA SEM LEI**



HISTÓRIA REAL

© 2023 Alexandre Saraiva

PREPARAÇÃO

Kathia Ferreira

CHECAGEM

Rosana Agrella da Silveira

REVISÃO

Eduardo Carneiro

Juliana Souza

DIAGRAMAÇÃO

Equatorium Design

DESIGN DE CAPA

Celso Longo

IMAGEM DE CAPA

© Rogério Assis

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

SINDICADO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S2246s

Saraiva, Alexandre, 1970-

Selva : madeireiros, garimpeiros e corruptos na Amazônia sem lei /

Alexandre Saraiva, Manoela Sawitzki. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Intrínseca, 2023

256 p. ; 21 cm.

ISBN 978-65-87518-54-1

1. Crimes contra o meio ambiente - Amazônia. 2. Proteção ambiental.
3. Garimpo - Aspectos ambientais - Amazônia. 4. Madeira - Exploração -
Amazônia. I. Sawitzki, Manoela. II. Título.

23-82052

CDD: 363.709811

CDU: 502.1(811)



Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

[2023]

Todos os direitos desta edição reservados a

História Real, um selo da Editora Intrínseca Ltda.

Rua Marquês de São Vicente, 99, 6º andar

22451-041 — Gávea

Rio de Janeiro — RJ

Tel./Fax: (21) 3206-7400

www.historiareal.intrinseca.com.br

APRESENTAÇÃO

Existem livros que têm a capacidade de fincar um marco na cabeça da gente, estabelecendo como que um antes e um depois. Livros que iluminam, que abrem horizontes para se entender um assunto com mais clareza, que falam de problemas, mas que apresentam soluções. Este é um desses livros.

Ele é, à primeira vista, sobre a experiência de um delegado da Polícia Federal na chefia das superintendências de três estados da Amazônia. Digo à primeira vista porque, além de tratar de crimes ambientais, como o tráfico de madeira e o garimpo ilegal, o autor vai bem mais fundo. Alexandre Saraiva aborda o papel do Estado, como funcionam (ou não) os mecanismos de proteção do patrimônio público e como é possível sabotar de dentro do governo o trabalho de funcionários que zelam pelo que é nosso. Este é também um livro sobre corrupção, e não apenas no uso mais comum do ter-

mo, mas no sentido de corroer, destruir por dentro. Ele nos mostra uma polícia que usa a inteligência e a ciência para aplicar a lei, atributos bem mais eficazes no nosso tempo do que o simples uso da força.

O que acontece na Amazônia hoje é o tema mais importante para o planeta quando se trata de Brasil. Quer dizer, é para aqueles que enxergam o que está acontecendo e veem a urgência de uma mudança de modelo. Porque são uma minoria. Tenho dúvidas sobre a racionalidade de um mundo indiferente à destruição do que o sustenta. O descontrole climático, as secas e as chuvas torrenciais já são uma realidade. Frio no verão, calor no inverno, dizemos que “o tempo está louco!” quando deveríamos constatar que a loucura é nossa.

Entre a indignação e a ação existe uma grande distância. Encurtar essa distância demanda coragem. E foi isso o que o delegado Alexandre Saraiva fez. Como se diz, falar é fácil, o difícil é fazer. E na Amazônia mais ainda. Os números são enormes, difíceis de compreender. As dimensões são — qual a palavra correta? — amazônicas! Para retirar a quantidade de madeira apreendida em uma única operação comandada por Saraiva seriam necessários 7,5 mil caminhões. Não sei você, mas não consigo imaginar uma fila de 7,5 mil caminhões. É um número absurdo demais. Uma balsa comporta mil toras. Para cortar mil toras é preciso destruir uma área de floresta equivalente a cem campos de futebol. É um número menor, verdade, mas, ainda assim, cem campos de futebol também é muita coisa, e estamos falando de uma única balsa...

Outra questão que o livro explica é a saia justa, as dificuldades da população local. No interior da Amazônia, mui-

tas vezes, a organização criminosa que causa a devastação é o único empregador. As pessoas dispõem apenas desses trabalhos para sobreviver. Para elas, em um primeiro momento, não há interesse em ajudar na preservação ou em apoiar operações da Polícia Federal que, no fim das contas, destroem seu ganha-pão. Isso vale também para os servidores públicos que são dali, moram ali, têm parentes ali: denunciar os crimes ou ajudar a polícia é perigoso. A pessoa, no mínimo, sofre a pressão da família; no máximo, coloca a própria vida em risco. Porque na Amazônia, infelizmente, matar é fácil — e a maioria das mortes não gera a repercussão que tiveram os assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Philips. Resolver os problemas da Amazônia demanda também criar condições para a sobrevivência dessa população.

E, finalmente, o livro derruba a ideia de que a destruição da floresta é necessária para a expansão do agronegócio. Se trata de roubo puro e simples. De madeira, de ouro, de terras, de animais silvestres, de peixes, enfim, de um patrimônio que é de todos e que dia após dia, há anos, vem sendo roubado por criminosos que, curiosamente, não são tratados como tal. Considere uma apreensão de toneladas de cocaína. Seria possível imaginar os traficantes pedindo (e conseguindo!) uma reunião com a Polícia Federal para resolver o “problema”? A ideia soa absurda, ridícula, mas quando se trata da extração ilegal de madeira isso aconteceu e acontece.

Este livro é também uma espécie de manual de como combater o desmatamento e o tráfico de madeira. Existe um lado burocrático, documentos rotineiramente fraudados que, se analisados, são facilmente desmascarados. E madeira não é

droga. As toras ocupam volumes enormes que têm que passar pelos portos. Uma fiscalização eficaz nos portos praticamente dispensa operações caríssimas no meio da floresta.

Selva: Madeireiros, garimpeiros e corruptos na Amazônia sem lei deveria virar roteiro de um filme. Tem a ação, a novidade e o impacto de um *Tropa de Elite*, com suas ramificações criminosas em todos os escalões do poder. Com uma diferença: onde o Capitão Nascimento muitas vezes escorregava para um autoritarismo violento, o delegado Alexandre Saraiva mostra o que uma Polícia Federal de qualidade é capaz de fazer. Nesse aspecto, é um livro que traz esperança. Por outro lado, a maneira como o delegado Saraiva foi tirado de campo, assim como outros que faziam esse trabalho na Polícia Federal e no Ibama, diz muito sobre a força de interesses poderosos e de organizações criminosas. Tudo tem que ser reconstruído.

Lembra do termo madeira de lei? Vem de uma época em que as árvores eram um produto tão valioso que só o governo podia derrubá-las. No século XVIII já se falava da escassez da árvore que deu nome ao nosso país, o pau-brasil. O livro mostra em todos os matizes o valor da madeira, o valor do meio ambiente e, principalmente, e esta talvez seja a sua maior lição, o valor da lei.

MARCOS UCHÔA

PRÓLOGO

BEM-VINDOS À SELVA

É dia 11 de novembro de 2022, uma sexta-feira. Faltam alguns minutos para o fim do expediente quando recebo um comunicado oficial na pequena delegacia de Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, onde trabalho há pouco mais de um ano. O comunicado avisa que sou alvo de um procedimento disciplinar aberto na Corregedoria da Polícia Federal, em Brasília, por conceder entrevistas à imprensa. O mesmo fato já havia sido apreciado pela Corregedoria da PF do Rio de Janeiro, que decidira pelo arquivamento do processo — pela primeira vez um servidor lotado em um estado da Federação seria julgado em Brasília. O processo envolve não só o meu afastamento provisório, como também pode encerrar a minha carreira na corporação. No comunicado está escrito que posso consultar os termos do processo no sistema interno da instituição. Ao entrar no sistema, descubro que o acesso é impossível: o processo foi colocado em sigilo.

Entre as notícias daquele dia nos jornais do país, leio que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais registrou uma área de floresta desmatada na Amazônia de 903,86 km² — o pior desmatamento registrado para o mês de outubro desde 2015. O empenho em tentar conter números como esse e punir os responsáveis pela destruição é o verdadeiro motivo do procedimento disciplinar sem fundamento que moveram contra mim no apagar das luzes do governo de Jair Bolsonaro. Meu trabalho me colocou onde estou agora. E as razões para fazer o que fiz me levaram a escrever este livro.

Passei dez intensos anos na Amazônia. Cheguei no início de 2011 para assumir a Superintendência da Polícia Federal em Roraima e lá descobri o funcionamento de um esquema de destruição que se estende, mas não se restringe, aos dois estados em que viria a trabalhar depois: o Maranhão e o Amazonas, também integrantes da chamada Amazônia Legal. Havia passado os sete anos anteriores, desde a minha entrada na PF, trabalhando como delegado no Rio de Janeiro, estado onde nasci. Com sete anos de carreira, ainda era um delegado de primeira classe. Só se chega ao topo da carreira, a chamada classe especial, quando se completam dez anos de casa. Eu já tinha ocupado chefias de delegacias especializadas e descentralizadas, mas assumir uma Superintendência é bem mais complexo.

A indicação do meu nome partiu de dois expoentes da PF pelos quais tenho grande admiração: os delegados Jorge Pontes e Valdinho Caetano. Em uma sexta-feira de janeiro de 2011, no fim da tarde, recebi uma ligação de Caetano, que havia sido superintendente no Rio de Janeiro e ocu-

pava, naquele momento, o cargo de corregedor-geral da instituição.

— Saraiva, tem uma missão para você — disse logo ele.

Antes de saber do que se tratava, respondi com um clichê:

— Missão dada é missão cumprida.

— Tem certeza?

— Tenho.

— Ok, o doutor Leandro me encarregou de te passar a missão de assumir a Superintendência em Roraima.

— Chefe, pode informar ao doutor Leandro que muito me honra o convite. De minha parte, está aceito.

— Certo. Ele vai te ligar na segunda.

A tal ligação realmente aconteceu na segunda-feira seguinte. Foi a minha primeira conversa com o delegado Leandro Daiello, que havia assumido a Direção-Geral da PF pouco antes e se tornaria o diretor mais longo após a redemocratização. Daiello permaneceu por sete anos no cargo, mesmo com sucessivas mudanças na pasta da Justiça. Assim que desligamos, fiquei um tempo olhando para a vista do morro do cemitério em frente à delegacia de Nova Iguaçu, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, onde eu então trabalhava, e pensando: *O que foi que eu fiz?!*

Seria uma mudança radical de vida e eu não havia levado nem dez segundos para decidir. Era uma tremenda promoção, mas também um sacrifício pessoal. Eu não duvidava de que estava fazendo um bom trabalho, mas aquele convite certamente só chegara a mim porque o posto em Roraima fora recusado por vários delegados mais antigos. O que me levou a dizer um “sim” tão imediato foi o fascínio que sem-

pre tive pelas florestas. Como recusar trabalhar para proteger a maior floresta tropical do mundo? A hipótese simplesmente não existia na minha cabeça. Quando aceitei o cargo, enxerguei intuitivamente o que os “antigões” — como são chamados os policiais com pelo menos vinte anos de PF — talvez não estivessem vendo: a imensa relevância da Região Amazônica para o Brasil e o mundo.

Talvez seja um problema institucional, mas o fato é que as Superintendências da PF na Região Norte são tidas internamente como de segunda categoria. Mesmo a do Amazonas, o maior estado do país, é considerada de pequeno porte. Da mesma forma, muitos delegados não conseguem avistar o potencial de crescimento profissional e humano que chefiar uma divisão naquela região pode oferecer. Lá é preciso administrar a escassez de recursos, a falta de logística e o sofrimento dos policiais, que, em geral, vêm de outros estados e precisam ficar anos longe de casa. Eu mesmo fui para Roraima sozinho, deixando para trás a companhia, a mãe idosa, o restante da família e muitos amigos, além do meu recém-adquirido sítio em Petrópolis, na Região Serrana do Rio.

Naquele tempo, a permanência de um superintendente em uma unidade da PF costumava variar entre dois e quatro anos. Esse era o entendimento, a meu ver correto, da administração da PF capitaneada por Daiello. Depois de três anos à frente de uma unidade, um gestor tem mais dificuldade para perceber alguns problemas, que acabam virando, para ele, uma paisagem habitual, de rotina. Além disso, o cargo de superintendente envolve um grande poder dentro de um

estado, pois seu titular dispõe de amplos recursos de investigação e não presta contas a nenhuma autoridade estadual, reportando-se apenas à Direção-Geral da PF.

O primeiro sonho de um político corrupto é indicar o superintendente regional da PF em seu estado. Assim, ao mesmo tempo que protege seus aliados, consegue atacar seus desafetos. Esse tipo de indicação não acontecia quando fui para o Norte, já que “queimaria” o nome de qualquer delegado. Do mesmo modo, se chegasse à Direção-Geral da PF algum pedido político para substituir um superintendente, ainda que já houvesse uma predisposição na corporação para fazer a troca, fosse por desempenho insuficiente, fosse por estar mesmo na hora de trocar, a mudança não ocorria. Para não permitir a ingerência política na PF e, mais do que isso, para não sinalizar algo nesse sentido. Mas, de 2019 em diante, isso mudaria. E outro sonho do político desonesto passou a ser também conseguir afastar um superintendente atuante no combate aos crimes contra a corrupção de seu grupo político. Para esse político desonesto, o ideal é que a PF se encarregue somente dos crimes envolvendo drogas, armas, assalto a bancos etc. Combater crimes ambientais e de colarinho-branco não torna um superintendente benquisto pelos políticos comprometidos com atividades ilegais.

Trabalhei intensamente com os novos amigos policiais que fiz pelos caminhos e pelas missões na Amazônia. Como superintendente da PF em uma pequena capital como Boa Vista, minha vida era casa-trabalho, trabalho-casa. De vez em quando, uma pescaria no rio Branco, a convite do delegado

Alan Gonçalves, um volta-redondense que já tinha se tornado roraimense. O cargo impõe certa solidão, que piora muito quando se está longe de casa. Sempre convivi bem comigo mesmo, mas ficar sozinho tanto tempo não era fácil. Em Roraima foi assim. Depois, nos dois primeiros anos de Maranhão, também. Na época, o estresse do trabalho, que já era grande, somava-se a uma sucessão de acontecimentos pessoais importantes. Minha mãe começou a apresentar sintomas de Alzheimer e estava gravemente doente por conta de uma queda. Além disso, minha companheira engravidou sem que estivéssemos planejando um filho naquele momento. O resultado para minha saúde não foi nada bom e a conta chegou na forma de uma ansiedade terrível.

Não é fácil sair do círculo vicioso da ansiedade e ainda mais difícil é tentar encobri-la para não demonstrar fraqueza. Aos poucos, porém, fui descobrindo que muitos outros colegas passavam por crises semelhantes. Parece mesmo algo típico da profissão. O estado de alerta constante para tentar antever possíveis ameaças vai, paulatinamente, erodindo a mente do policial. O diretor-geral, Leandro Daiello, um chefe atento e cuidadoso com os subordinados, detectou o problema e me mandou passar um mês no Rio de Janeiro. Rapidamente me recuperei. E então meu filho nasceu. Demos a ele um nome composto: Ricardo Selva — o primeiro em homenagem ao avô materno e o segundo à Amazônia. Precisei convencer não apenas a mãe dele, como também a escritã que fez o registro do garoto no cartório. Com três meses de vida ele foi conosco para o Maranhão, em março de 2014, e depois para Manaus, em novembro de 2017 — só

não conheceu Roraima. Logo, porém, Ricardo Selva e a mãe tiveram de voltar para o Rio de Janeiro.

Perdi boa parte da primeira infância do meu filho em função do trabalho no Norte do país. Ficar longe dele criava um dilema terrível. Eu sentia que fazia o certo como policial, mas estava sendo um pai ausente. Até o nascimento de Ricardo, saber que eu estava ali combatendo os que destruíam a floresta me ajudava a suportar a distância. Depois, a saudade do menino me atormentava todos os dias, mas eu buscava me recompensar sabendo que não dava ao crime organizado a satisfação de me ver fora dali. Certa vez, conversando sobre esse meu dilema pessoal, ouvi de alguém que “nenhum amor individual é verdadeiro se não estiver acompanhado de um profundo amor pela humanidade”.

Dentro da instituição, eu precisava lidar com outras dificuldades. As Delemaphs, delegacias especializadas no combate ao crime ambiental, são uma conquista do delegado Jorge Pontes relativamente recente, de cerca de duas décadas. Ele precisou de anos de esforços para convencer a cúpula da PF de que o crime contra o meio ambiente, num país rico em recursos naturais como o Brasil, é tão grave quanto o tráfico de drogas. Ainda hoje, há poucos delegados com interesse pela área. Embora o Brasil seja, mais do que nunca, sinônimo de Amazônia e a Amazônia, sinônimo de Brasil, a PF vive o que chamamos de “brasiliocentrismo”. A maior parte dos recursos da instituição é destinada a projetos na Capital Federal, sacrificando-se as pontas. Isso se aplica aos recursos

humanos, sempre insuficientes, alocados no Norte após os concursos — uma prática que custa muito aos superintendentes da região, que precisam cobrir áreas extensas, de difícil acesso, sob forte ação criminal, especialmente crimes como desmatamento, garimpo, caça e pesca ilegais e seus consequentes tráficos de madeira, ouro e animais, além do tráfico de entorpecentes.

Eu não era um especialista em Amazônia quando fui para Roraima, em 2011. Isso foi complicado e até arriscado, mas é assim que funciona: aprende-se na prática, no susto, por tentativa e erro. Foi uma experiência sem igual, porque um superintendente da PF em qualquer um dos estados da Amazônia trabalha sob forte pressão. É preciso tomar decisões rápidas porque a qualquer momento pode estourar uma crise. Hoje, quase toda a madeira que circula na região é proveniente de extração ilegal — seja a partir da invasão de Terras Indígenas, bens da União inalienáveis e indisponíveis para usufruto dos povos originários que aí habitam, seja a partir da invasão de Unidades de Conservação, que também são áreas delimitadas e protegidas pelo Poder Público com objetivos de conservação, incluindo-se aí seus recursos ambientais.

Contudo, o trabalho de remoção das barreiras policiais e de fiscalização ao desmatamento foi concluído com êxito durante o mandato presidencial de Jair Bolsonaro. O Ibama, principal órgão de proteção ao meio ambiente no país, foi o primeiro alvo do governo federal. Apesar de muitas dificuldades, entre 2019 e 2020 ainda houve alguma resistência à destruição dos recursos naturais da Amazônia. A PF, mesmo

sem o apoio do Ibama, ocupou o vazio deixado por outros órgãos responsáveis pela fiscalização e o combate ao crime ambiental e ainda atuou com força nesses dois anos. Mas, em 2021, o desmonte também atingiu a capacidade investigativa ambiental da PF.

Em 2023, meu filho completará 8 anos de idade. No ano em que ele nasceu, em 2015, foram desmatados 6.207 km² de floresta amazônica. Esse número dobrou até 2021. No momento em que contamos esta história, no fim de 2022, corremos o risco de um desmatamento maior do que o recorde histórico de 29.059 km², obtido em 1995. Nos meses anteriores às eleições presidenciais de outubro de 2022, antevendo a possibilidade de Bolsonaro não ser reeleito, os criminosos que atuam na região colocaram as máquinas da destruição para funcionar a todo o vapor. O objetivo era aproveitar o que restava do governo mais antipreservação do meio ambiente da história do Brasil. Quem conhece a política nos estados da Amazônia conhece também a relação entre madeireiros ilegais e políticos corruptos em ano de eleição. Centenas de milhares de árvores seculares foram abatidas e as consequências virão.

Conto aqui parte da história da aprendizagem que se seguiria àquela minha decisão crucial de ir para Roraima, tomada em menos de dez segundos em 2011. Minha atuação como superintendente da PF não se restringiria ao combate ao crime ambiental, claro. Mas foi nesse campo e nas operações policiais que compõem o relato deste livro que encontrei minha vocação. Existe na Amazônia uma longa tradição de impunidade e uma vulnerabilidade que não po-

dem perdurar, sobretudo quando há uma grave crise climática em curso no planeta. Essa história não diz respeito apenas a mim e à minha trajetória na PF, já que aqui relato o que foi possível descobrir ao longo de dez anos no Norte do país: quem são aqueles que compõem as organizações criminosas — que lucram centenas de milhões de reais todos os anos com a destruição da floresta mais importante do mundo —, como essas organizações são formadas e como atuam.

Após dez anos à frente de superintendências em três estados da Amazônia, Alexandre Saraiva foi parar nas manchetes dos jornais: primeiro, por liderar a operação responsável pela maior apreensão de madeira ilegal da história do país; depois, por apresentar ao STF uma notícia-crime contra o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, acusando-o de obstruir a fiscalização. Em uma atitude insólita — porém coerente com a política de destruição ambiental do governo Jair Bolsonaro —, Salles havia questionado o trabalho policial e exigido que a carga de 226 mil m³ fosse devolvida aos madeireiros investigados.

A resistência de Saraiva, que não se intimidou diante das pressões políticas, resultou em sua exoneração do cargo de superintendente regional. Ele também passou a receber mais ameaças de morte e ainda hoje precisa lidar com uma implacável perseguição por meio de processos administrativos e judiciais.

Em *Selva: Madeireiros, garimpeiros e corruptos na Amazônia sem lei*, Alexandre Saraiva relata os bastidores de sua demissão e oferece uma radiografia da extensa e longeva cadeia de relações escusas que sustentam o crime ambiental no país, com suas ramificações na política, na polícia e no judiciário.

Além de detalhar como atuam as organizações criminosas envolvidas no tráfico de madeira, no garimpo ilegal, na grilagem, na invasão de terras indígenas e no desmatamento, o autor oferece um panorama detalhado da questão ambiental na Amazônia. Como bem observa o jornalista Marcos Uchôa em sua apresentação, a partir de uma narrativa digna de um filme de ação, o livro mostra aos leitores todos os matizes do valor da madeira, do meio ambiente e, sobretudo, da lei.

SAIBA MAIS:

<https://www.intrinseca.com.br/livro/1261/>